

Câmara Municipal de Sandolândia - TO  
Protocolo n.º 81  
Data: 20/12/24  
Gilda Brito



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO DE SANDOLÂNDIA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO  
Publicado no Atrio da Prefeitura  
Municipal de Sandolândia - TO  
Às 8:00 Hs do dia 19/12/2024  
Samaria Pereira Gonçalves  
Superintendente de Gestão  
de Recursos Humanos  
Decreto nº 002/2021

Lei nº 367/2024, de 19 de dezembro de 2024.

**“Dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual -  
LOA para o exercício de 2025, Estimando  
Receita e Fixando Despesas e dá outras  
providências”.**

O Prefeito Municipal de Sandolândia, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal de Sandolândia - TO APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O Orçamento para o Município de Sandolândia/TO, Estima-se Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2025, no valor global de **R\$34.400.000,00** (trinta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), envolvendo os recursos de todas as fontes.

## **CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL**

**Art. 2º.** O Orçamento Fiscal será detalhado, em seu menor nível, através dos Elementos da Despesa detalhados, anexo que acompanha este Projeto de Lei.

**Parágrafo único:** Na programação e execução do orçamento fiscal será utilizada a classificação da despesa por sua natureza, onde deverá ser identificada a categoria econômica, o grupo da despesa, a modalidade de aplicação e o elemento.

**Art. 3º.** A Receita do Município de Sandolândia/TO é estimada de acordo com a seguinte discriminação:

**§1º.** Sendo a Receita total estimada nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social é no valor de **R\$34.400.000,00** (trinta e quatro milhões e quatrocentos mil reais).

**§2º.** A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente e estimadas com o seguinte desdobramento:



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO DE SANDOLÂNDIA

RECEITAS CORRENTES	26.130.120,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.611.000,00
CONTRIBUIÇÕES	65.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	83.183,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.369.400,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.537,00
TOTAL DA RECEITA ESTIMADA	34.400.000,00

**I - RECEITAS POR UNIDADE GESTORA:**

**Art. 4º.** A Despesa do Município de Sandolândia/TO é fixada conforme

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO	1.789.228,00
10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.840.359,00
12 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	8.283.114,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	5.354.500,00
14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	6.684.370,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>34.400.000,00</b>

abaixo:

**Art. 5º.** A despesa fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observando a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

**II. CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

Legislativa	1.789.228,00
Essencial à justiça	503.925,00
Administração	8.283.140,00
Assistência social	1.802.929,00
Saúde	8.283.114,00
Educação	6.684.370,00
Cultura	238.510,00
Urbanismo	2.259.994,00
Saneamento	98.515,00
Gestão ambiental	1.165.690,00
Agricultura	904.028,00
Energia	82.960,00
Desporto e lazer	105.000,00
Encargos especiais	2.115.637,00
Reserva de Contingência	82.960,00





ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO DE SANDOLÂNDIA

TOTAL DA DESPESA	34.400.000,00
------------------	---------------

**Art. 6º.** Os Recursos da Reserva de Contingência poderão ser destinados à abertura de créditos adicionais.

**CAPÍTULO III**  
**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

**Art. 7º.** Fica o Poder Executivo autorizado a, excluídos os casos previstos nesta Lei, abrir créditos suplementares, até o limite de 100% (cem por cento) nos termos previstos no inciso I do art. 7º e §1º do art. 43, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 8º.** O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – Aplicar recursos provenientes de superávit financeiro ou excesso de arrecadação das fontes de recursos destinadas às despesas a cargo de receitas vinculadas, originadas em termo de convênio firmado com entes da federação – União ou Estado, agente de convênio, e demais entidades formuladas em programa de trabalho;

II – Incorporar superávit financeiro, apurado em 31 de dezembro de 2024, de recursos vinculados com destinação específica;

III – O excesso de arrecadação de recursos vinculados com destinação específica, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei.

IV – Insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 – Pessoal e encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

V – Insuficiências de dotações para amortização e encargos da dívida e as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar;

VI – Remanejamentos entre dotações alocadas em projeto, atividade ou operação especial de modo que não alterem o saldo do mesmo, observadas as limitações desta Lei.

**Art. 9º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais por Decreto, mediante anulação de recursos previstos conforme disposto no art. 43 III da Lei nº 4.320/64.

**Art. 10.** Durante a execução orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2025, conforme estabelecido no art. 43, §1º, inciso III da Lei 4.320/64 e no artigo 167, inciso VI, da Constituição



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO DE SANDOLÂNDIA

Federal, bem como, incluir, alterar e manter os elementos e subelementos do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD na Lei vigente.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**Art. 11.** Fica o poder executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita orçada constante do art. 3º desta lei.

§1º. Efetuar operações de crédito, inclusive as operações de crédito por antecipação de receita - ARO, obedecidos os dispositivos contidos nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do §8º do art. 165 da Constituição Federal/88.

§2º. Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal inserir natureza de despesa em categoria de programação já existente.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer normas complementares pertinentes a execução do orçamento e, no que couber, adequá-lo as disposições da constituição do município, compreendendo também a programação financeira para o exercício de 2025.

**Art. 13.** Ficam agregados aos orçamentos do município os valores e indicativos constantes ao anexo a esta lei.

**Art. 14.** Todos os valores recebidos pelas unidades da administração direta e fundos deverão, para sua movimentação, ser registrados nos respectivos orçamentos.

**Parágrafo único.** Excluem-se do disposto neste artigo os casos em que por força de lei, normas especiais ou exigências do ente repassador, o registro deverá ser feito através do grupo extra orçamentário.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposição o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICIPIO DE SANDOLANDIA

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2025.

**Art. 17.** Revogam-se as disposições em contrário, para que surtam todos os seus Jurídicos e Legais efeitos e para que produza os resultados de mister para os fins de Direito.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sandolândia, Estado do Tocantins, 19 de dezembro de 2024.

  
**RADILSON PEREIRA LIMA**  
Prefeito Municipal